

saquarema Eusébio de Queiroz – Pretextato fundamentava seu pedido na ânsia dos pais de família da freguesia, subscritores de um abaixo-assinado que rogava aos poderes públicos a licença para o funcionamento da escola particular de meninos pretos e pardos, mantida às suas expensas.

Os signatários do pedido de Pretextato, como bem investigou Adriana, tal qual um detetive, não possuíam bens na Corte, muitos nem sobre nome apresentaram, evidenciando a aproximação com a experiência da escravidão. Seriam libertos? Seriam escravos? Seguindo as orientações de Hebe de Castro, a autora postulou a hipótese de que provavelmente Pretextato fosse um liberto, visto que a designação “preto”, por ele mesmo atribuída à sua pessoa, marcava pejorativamente a proximidade recente com o cativo, bem como sustentou a tese de que os seus alunos “pretos e pardos” poderiam ser igualmente libertos, moradores da freguesia do Sacramento.

Seja como for, o fato é que, ao conceder a Pretextato a dispensa do Exame de Capacidade e a licença para o funcionamento de sua escola, o saquarema Eusébio de Queiroz silenciou sobre a sua cor e sobre a condição dos alunos daquele mestre. Nenhuma palavra sobre a questão étnica e as barreiras sociais impostas àqueles segmentos na sociedade imperial escravista, o que, em princípio, poderia ser explicado pelo fato de que os objetivos do mestre se limitavam a ensinar os meninos pretos e pardos apenas a ler, escrever e contar. Ensino que, no entanto, possuía como escopo, conforme a autora, fazer com que aquelas crianças pudessem “aprender com perfeição” os códigos culturais e os símbolos da “boa” sociedade letrada.

No limite, a escola de Pretextato representou, de fato, uma efetiva possibilidade de instrução dos descendentes de escravos e libertos, uma das estratégias de sobrevivência, superação e

transformação da realidade, utilizada na medida das possibilidades históricas, sociais e culturais ao seu alcance. Certamente, a escola privada deste professor não foi a única na Corte e no Império brasileiro, mas a história das outras escolas ou dos outros processos formais e informais de educação, acessíveis aos populares – livres, libertos, nacionais e estrangeiros pobres – e ao heterogêneo grupo formado pelos chamados “setores médios”, ainda precisa ser contada.

*Aprender com perfeição e sem coação* é um trabalho inovador no campo da história da educação brasileira. Como salienta a própria autora, sua pesquisa, mais do que nos oferecer respostas acabadas, é rica em levantar problemas e questões, dúvidas que abalam certezas e tendências historiográficas consolidadas. Dúvidas que nos fazem pensar sobre os Pretextatos e seus meninos. Quem eram os professores e seus alunos no século XIX? Quais as suas origens étnicas, econômicas e culturais? Qual o papel da instrução, da educação e da escolarização nesse período histórico?

Perguntas inúmeras ainda nos inquietam, nas quais se imbricam passado e presente, nós e os outros. E o diálogo entre o passado/presente, memória/história é um dos nossos grandes desafios como historiadores da educação brasileira e, sobretudo, enquanto educadores de um Brasil que, mesmo distante daqueles tempos monárquicos, teima em não se tornar completamente uma *res publica*, no sentido de garantir, para todos os cidadãos, a igualdade na democracia, a tão sonhada escola pública, universal, gratuita e de qualidade.

Perguntas para as quais, corajosamente, a autora de *Aprender com Perfeição* abriu caminhos de interpretação, sugerindo hipóteses explicativas ousadas e procedentes. Eu que, como Guimarães Rosa, citado pela autora, “quase nada sei. Mas desconfio de muita coisa”, compartilho de suas inquietações, para além do muito que pude aprender com seu trabalho de pesquisa, sério e

competente. Na história da educação brasileira e da escolarização das classes populares existem, sem dúvida, muitas possibilidades, permanecem muitas lacunas, são muitas as questões.

### Referências Bibliográficas

- ALVES, Claudia, (1992). Estado Conservador e Educação no Brasil: o caso do Liceu Provincial de Niterói (1847-1851). In: NUNES, Clarice. *O passado sempre presente*. Rio de Janeiro: Cortez.
- CASTRO, Hebe, (1995). *Das cores do silêncio* : os significados da liberdade no Sudeste-escravista. Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- CHALHOUB, Sidney, (1990). *Visões da liberdade* : uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Cia das Letras.
- GINZBURG, Carlo, (1991). Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: \_\_\_\_\_. *Mitos, emblemas e sinais* : morfologia e história. São Paulo: Cia das Letras.
- MARTINEZ, Alessandra, (1997). *Educar e instruir* : a instrução popular na Corte imperial. 1870-1889. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense.
- MATTOS, Ilmar, (1990). *O tempo saquarema* : a formação do estado imperial. 2ª ed. São Paulo: Hucitec.
- VILLELA, Heloísa, (1991). *A primeira escola normal do Brasil* : uma contribuição ao estudo da formação de professores. Dissertação de Mestrado em Educação. Niterói: Universidade Federal Fluminense.

*Alessandra Martinez Schueller*  
Doutoranda em Educação  
na Universidade Federal Fluminense

ANDRADE, Mariza Guerra de. *A educação exilada* : Colégio do Caraça. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000 (Coleção Historial).

Aqueles que se dedicam ao estudo da história da educação brasileira aca-

bam de ganhar uma ótima contribuição às suas reflexões: demorou, mas saiu na forma de livro a dissertação de mestrado de Mariza Guerra de Andrade, defendida em 1992, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMG.

Tendo por título *A educação exilada*, a obra trata da história do Colégio Caraça, fundado pela Congregação Lazarista em 1820 e fechado em 1912. O Colégio do Caraça se propunha a formar, a partir dos abastados adolescentes que a ele recorriam, a elite mineira e brasileira, dentro de um espírito cristão e consciente de seu papel na definição dos destinos da nação.

Situado nas montanhas mineiras, o Colégio Caraça, muito mais que uma simples instituição de ensino secundário, representou um *modus operandi* de formação das elites dirigentes mineiras e brasileiras do período. Por isso, para contar a sua história foi preciso partir daquelas já contadas, e estas, não por acaso, como nos mostra o estudo, menos do que revelar uma história, revelam uma memória intensamente partilhada por professores e ex-alunos. Esta talvez seja a primeira lição do livro: muitas vezes a história e a memória valem mais pelo que escondem, pelo que colocam na sombra, do que pelo que revelam.

Nos quatro capítulos que compõem o livro, na introdução e na conclusão, e ainda nas imagens e anexos que publica, Mariza move-se com grande desenvoltura pelo terreno da história das instituições educativas e pela história do ensino secundário no Brasil. Nos dois primeiros capítulos, que têm por título “Fragmentos de uma longa história” e “Herdeiros e bacharéis”, Mariza Guerra situa o leitor sobre o que é o Colégio do Caraça, traçando os aspectos gerais de sua história, a maneira como se constituiu em seus primórdios, ressaltando seus períodos de crise e fechamento e estabelecendo sua importância como instituição educativa em Minas

Gerais. “A academia dos colegiais” e “Uma só forma para todo”, os dois capítulos seguintes do livro, destinam-se a descrever o sistema educacional em geral da época, especificamente o século XIX, e entender o tipo de educação ministrada pelo Colégio do Caraça.

Produzido num momento em que o estudo da história das instituições educativas apenas iniciava-se no país, o texto revela uma grande sensibilidade no trato de seu objeto e uma acuidade teórico-metodológica dignas de serem ressaltadas. Adentrar o colégio, visualizar sua organização e a prática dos sujeitos que o faziam, ultrapassar as representações instituídas, surpreender o processo de estabilização de uma memória, implicou um árduo trabalho de localização, produção e intensa leitura de uma gama variada de fontes, revelando também que se elas são imprescindíveis ao trabalho historiográfico, nele não pode faltar o rigor teórico e a criatividade analítica. De fato, o que mais impressiona em *A educação exilada* é o cuidadoso trabalho com as fontes primárias, que se evidencia desde as primeiras páginas. A quantidade de fontes consultadas e a organização que a autora dá a elas revela um trabalho atraente e bastante criativo.

Diversas são as fontes consultadas por Mariza Guerra de Andrade: livros de matrícula, livros de contas, regimentos do Colégio, depoimentos de ex-alunos, correspondências, livros de avisos gerais da Congregação da Missão, além dos periódicos da época, legislações, entrevistas, entre outros. Através da transcrição de diversos trechos de documentos antigos, a autora parece pretender dar voz aos próprios sujeitos daquela época. A autora debruça-se sobre estas fontes buscando investigar e entender quem eram os alunos do Caraça, qual a sua procedência e situação social.

Mas, o que, fundamentalmente, o livro nos traz? Numa área, a da história das instituições e do ensino secundário

no Brasil, em que quase tudo está por ser feito, a simples publicação do livro já é um acontecimento importante. Felizmente, no entanto, trata-se de um livro que merece ser saudado por muitos outros motivos. O maior deles, parece-me, está no fato de o estudo nos permitir, de maneira bastante densa, estabelecer diversas relações entre a proposta educativa posta em prática no Colégio e as práticas sociais mais amplas experienciadas no Oitocentos e nos primeiros anos do Novecentos. Tais relações, conforme acentua a autora, não se referem apenas à reprodução da sociedade, mas são também de ativa participação na própria produção do social.

Assim, o estudo permite-nos vislumbrar que a forma que o Colégio propôs para moldar o caráter, estruturar a personalidade, incutir a fé e os valores cristãos e transmitir os conhecimentos, dentre outros, termina por produzir sujeitos com as competências e as sensibilidades necessárias à atuação na manutenção e reprodução da ordem social. Distinguir-se socialmente, a partir da educação humanística ministrada pelos colégios, era, a uma só vez, uma forma de diferenciar-se e de assumir uma responsabilidade social: a da direção política, cultural e espiritual da sociedade.

Especificamente para aqueles que se dedicam ao estudo da história da educação no Brasil, o trabalho é de grande interesse, pelo menos por três grandes motivos. Em primeiro lugar, porque, como poucos, o trabalho de Mariza permite-nos ver uma instituição em funcionamento. Ao discorrer sobre a forma como o colégio organizou o processo educativo, o texto permite-nos, com grande maestria, passar das influências estrangeiras na história da educação brasileira à ação dos professores e, em alguns casos, à dos alunos. No que se refere aos sujeitos envolvidos no processo educativo, o estudo revela a ação das famílias na busca por uma *boa educação* para seus filhos, dando a ver desde as estratégias postas em movimento por con-

seguir uma vaga até as representações construídas em torno da qualidade do ensino ministrada pela instituição.

Em segundo lugar, mesmo dedicando-se ao estudo de uma forma particular de organização da instrução secundária, os colégios religiosos, o livro constante e sucessivamente nos descortina a organização geral dos estudos secundários no Brasil. Neste aspecto em particular, o livro significa também uma excelente contribuição ao estudo não apenas das instituições educativas, mas também dos debates e das políticas educacionais, sobretudo do Império brasileiro. São reveladoras as informações acerca das relações entre a administração religiosa do Caraça, o Império brasileiro e a Província mineira. A primeira, ao mesmo tempo em que se mobiliza pela busca de recursos financeiros públicos, contando inclusive com o apoio de seus ex-alunos, desenvolve toda uma argumentação no sentido de que tais recursos implicassem o mínimo possível de compromissos para com o Estado: o Colégio não apenas não

concordava que a *subvenção pública* implicasse em atender a um número mínimo de alunos pobres, como também se recusava a ser inspecionada pela autoridades provinciais.

Em terceiro lugar, o livro nos mostra não apenas uma proposta educativa idealizada, mas a forma como tais idéias encarnam (se encarnam em) práticas pedagógicas, ritmos temporais, organização espacial e experiências educativas as mais diversas. Ao tratar do permitido e do proibido, ao focar as relações reguladas pela *lei* e/ou pelos costumes, ao descortinar as formas de organização do currículo e os recortes efetuados para colocá-lo em ação no dia-a-dia, o estudo vai nos dando a ver, também, as dificuldades pela quais passava o Colégio na operacionalização de sua proposta educativa.

Estes e muitos outros motivos, fazem do livro uma referência importante para todos aqueles que estudam a história da educação ou que se dedicam a refletir sobre nossas políticas e memórias educacionais. A leitura do livro é agra-

dável e de grande ajuda para quem queira aventurar-se pelos caminhos da pesquisa histórica, pois, ao longo do texto, a autora vai explicitando não apenas o seu trabalho de pesquisa com a documentação, mas sua narrativa traz à luz o trajeto da pesquisa, mostrando as questões que são suscitadas diante das fontes utilizadas e os problemas e lacunas inevitáveis que surgem do diálogo entre o pesquisador e o seu objeto.

Finalmente, assim como o livro nos mostra que é impossível sair incólume do Colégio do Caraça, indica-nos também que nossas análises e nossas propostas educativas, políticas e culturais ficam empobrecidas toda vez que *exilamos nossas memórias* num passado empoeirado e, muitas vezes, idealizado.

*Luciano Mendes de Faria Filho*  
Professor Adjunto da Faculdade de Educação da UFMG

*Raquel Martins de Assis*  
Doutoranda em Educação  
na Universidade Federal de Minas Gerais